

A F Z

A C E

C N F

3 2 5 | / 8 6

| / |



REAÇÕES À ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITA DE SÃO LUÍS/  
MA, MARIA GARDÊNIA SANTOS RIBEIRO GONÇALVES. (B2206146)

1. No decorrer da campanha eleitoral, a atual Prefeita de SÃO LUÍS/MA, MARIA GARDÊNIA SANTOS RIBEIRO(B2206146), foi pródiga em transmitir para o eleitorado discursos eminentemente populistas, sedimentados em compromissos de realizar uma administração social, onde as obras de assistência social beneficiando os segmentos pobres seriam prioritárias.

Nesse esforço visando captar as simpatias dos setores periféricos, GARDÊNIA GONÇALVES contou com a colaboração de seu Vice-Prefeito, Vereador RAIMUNDO NONATO DA SILVA "JAIRZINHO", figura bastante identificada com os segmentos de mais baixo nível cultural, principalmente em função de apresentar, no rádio e televisão, programas onde explora, de forma sensacionalista, a miséria do povo.

Coerentes a essa linha de ação, os partidários de GARDÊNIA GONÇALVES difundiram à massa de eleitores a idéia de que em sua gestão predominaria a preocupação em combater as injustiças sociais, dando ênfase particularmente à questão do desemprego, havendo, inclusive, o candidato "JAIRZINHO" orientado, em diversas oportunidades, a que se aceitassem os empregos ofertados pelo ex-Prefeito MAURO DE ALENCAR FECURY (B1225194), mas no dia da eleição sufragassem o nome de GARDÊNIA GONÇALVES.

Sobre o problema de empreguismo, ressalte-se que, durante a campanha eleitoral, o Senador JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES (B0048549), esposo de GARDÊNIA e seu mentor político, asseverou, ao contestar acusações de seus adversários de haver praticado uma política clientelista, que havia empregado 50.000 pessoas em sua gestão e que se novamente eleito Governador admitiria mais cem mil.

---

Z1 : B1C

CONFIDENCIAL

2. Todavia, dias antes de assumir o cargo, GARDÊNIA GONÇALVES anunciou, como medida de impacto, que demitiria cerca de quatorze mil funcionários públicos municipais, admitidos na gestão anterior, sob a justificativa de que os atos de nomeação do pessoal contratado teriam sido efetuados entre 15 JUL 85 a 1º JAN 86, período em que a Lei Federal nº 7332, de 1º JUL 85, em seu Art. 16º, veda qualquer provimento na administração direta e indireta, incluindo-se no caso contratações e nomeações.

3. Após assumir a Prefeitura da Capital maranhense, GARDÊNIA GONÇALVES cumpriu, de fato, o compromisso assumido, havendo através de Decreto datado de 02 JAN 86, considerado nulos os contratados de trabalho celebrados após JUL 85, pelo Poder Municipal.

4. A decisão da referida mandatária gerou, de pronto, fortes reações por parte dos servidores atingidos, levando a que cerca de 600 manifestantes se concentrassem, a partir do dia 06 JAN 86, nas imediações da sede da Prefeitura Municipal, a fim de pressionar a Prefeita a revogar o decreto acima enunciado.

O protesto dos servidores contou com o apoio de políticos ligados ao PARTIDO DA FRENTE LIBERAL/MA (PFL/MA) e do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/MA (PMDB/MA), particularmente dos Deputados Federais JAYME MANOEL TAVARES NEIVA DE SANTANA (B1599550) e JOSÉ SARNEY COSTA FILHO (BO041592) (PFL/MA), dos Deputados Estaduais LUÍS PEDRO DE OLIVEIRA E SILVA (BO028848) (PMDB/PC do B) e RICARDO JORGE MURAD (BO951572) (PFL/MA) e dos Vereadores ANA RITA BOTÃO CARVALHO BRAGA (B2206110) e ANANIAS JUSTINO FERREIRA NETO (PMDB/MA). O envolvimento de JAYME SANTANA no episódio se fez, inclusive, através de sua participação direta no ato de protesto realizado no dia 06 JAN 86, quando uniu-se aos manifestantes no repúdio às demissões decre-

tada pelo Executivo Municipal. Quanto a SARNEY FILHO, apontado como um dos principais ativistas do movimento, sua colaboração ao desencadeamento deste se fez através de pronunciamentos emitido pela Televisão Difusora, no qual condenou a atitude da Prefeita e incentivou os servidores demitidos a reagirem, sem, contudo, orientá-los sobre quais meios deveriam utilizar para assegurar seus empregos.

5. Estabelecido esse clima de confronto, o Governador LUÍS ALVES COELHO ROCHA (B0074871), procurando apresentar-se como mediador do conflito, enviou telex à Prefeitura de SÃO LUÍS/MA, protificando-se a transferir recursos financeiros do Estado para o Município, caso ela revogasse as demissões decretadas.

Não sensibilizada com a proposta governamental, por considerá-la, com justa razão, de cunho político-demagógico, pois o Estado não tem conseguido fazer face aos dispêndios com o pagamento de seu próprio pessoal, GARDÊNIA GONÇALVES manteve-se irredutível em sua decisão, não cedendo, também, a apelos e pressões provenientes da maioria dos Vereadores, que tentou persuadí-la a rever o seu posicionamento.

6. No dia 08 JAN 86, aproximadamente 2500 pessoas concentraram-se diante da Prefeitura, na expectativa do desfecho de mais uma reunião entre a Prefeita e uma Comissão de doze Vereadores, com a finalidade de discutir o assunto em evidência.

Cientificada pelo Vereador MANOEL NUNES RIBEIRO FILHO (B2206134), do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO/MA (PTB/MA), de que GARDÊNIA GONÇALVES rechaçara definitivamente a solução sugerida por LUÍS ROCHA, a multidão revoltada, tendo a frente os Vereadores ANA RITA BOTÃO e ANANIAS NETO, o Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, GILBERTO MIRANDA, o Advogado CÉSAR BELO e o ex-assessor de MAURO FECURY e cabo eleitoral do PFL, MANOEL PEREIRA DE SOUSA, investiu contra a

sede da Prefeitura, depredando suas instalações e chegando a provocar um princípio de incêndio que atingiu a Seção de Cadastro Geral, destruindo-a por completo. Além disso foram danificados três veículos estacionados em frente ao mencionado prédio, sendo que um deles, pertencente à municipalidade, foi incendiado.

A Polícia Estadual somente interveio depois de consumados os atos de vandalismo, embora estivesse plenamente cientificada do clima de exaltação dos manifestantes, havendo, desse modo, deixado de tomar medidas preventivas, notoriamente necessárias, visto a situação tensa que a cada momento se agravava.

7. Os acontecimentos relacionados à demissão dos funcionários públicos municipais alcançaram repercussão, inclusive a nível nacional, sendo ainda imprevisíveis os dividendos e/ou prejuízos resultantes para os Partidos políticos e suas lideranças, envolvidos no conflito.

Para o PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL/MA(PDS/MA), os tumultos verificados deu margem a que seus partidários desencadeassem contundentes ataques aos Governos Estadual e Federal e ao PFL/MA, apontando-os como responsáveis pelos atos de baderna e selvageria. As acusações ao Executivo Estadual tangem à sua omissão em manter a ordem pública e ao posicionamento do Governador LUÍS ROCHA em dar divulgação a proposta "irreal" de ajuda à Prefeitura, posição esta considerada pelos pedessistas como um artifício visando desgastar a imagem de GARDÊNIA GONÇALVES e acirrar, ainda mais, os ânimos da massa em protesto. Quanto ao Governo Federal, sua associação aos acontecimentos deve-se, substancialmente, ao envolvimento do Deputado Federal SARNEY FILHO, e a vinculação do PFL/MA à figura do Presidente da República, levando a que os adversários e críticos do Poder Central procurassem demonstrar à opinião pública que o Chefe da Nação estava sendo conivente com os acontecimentos. Já em relação

ao PFL, as denúncias de pedessistas se fazem com maior intensidade e consistência, porquanto além dos pronunciamentos de SARNEY FILHO em favor das manifestações, é fato notório a presença no local dos protestos do Deputado Federal JAYME SANTANA e do Deputado Estadual RICARDO JORGE MURAD, afora a participação de membros de menor expressão do Partido insuflando os tumultos.

Por outro lado, o PFL, o PMDB e o próprio Governador LUÍS ROCHA procuraram explorar o aspecto antipopular das demissões efetivadas por GARDÊNIA GONÇALVES, apontando-a, por sua intransigência, como a responsável maior pela convulsão social gerada em SÃO LUÍS/MA.

8. De imediato, pode-se observar que a Prefeita de SÃO LUÍS/MA sofreu um certo desgaste político no plano regional, embora em termos nacionais tenha conseguido projetar uma boa imagem. É que o ato de GARDÊNIA GONÇALVES, apesar de estar em consonância com a moralidade administrativa, tem um caráter impopular, propiciando aos Vereadores, do PFL, PMDB e do PTB unirem-se contra a sua administração, contando com o inteiro respaldo dos Deputados Federais e Estaduais não pertencentes ao PDS/MA. Por sua vez, os parlamentares e vereadores pedessistas mostram-se tímidos em defender a Prefeita, receando capitalizar a antipatia de parcelas da população simpáticas à causa dos servidores demitidos.

Ressalte-se, todavia, que grande parte da sociedade, principalmente os setores mais esclarecidos e conservadores têm repudiado a forma como foram conduzidos os protestos, postando-se, sob esse aspecto, ao lado de GARDÊNIA GONÇALVES.

Aliás, a violência empregada pelos manifestantes prejudicou particularmente o PFL, uma vez que foram determinados integrantes de seus quadros, inclusive alguns de maior expressão, que apareceram como líderes do movimento. No que concerne ao PMDB, conquanto haja sido observada a presença de alguns representantes radicais da legenda nas manifestações, a sua

participação nos acontecimentos pouco foi enfatizada, em função de haverem os seguidores de GARDÊNIA GONÇALVES concentrado seus ataques sobre o PFL.

A respeito do Governador LUÍS ROCHA, a sua interferência no litígio, na pretensa qualidade de mediador, soma da a ação inicialmente omissa da Polícia nos incidentes, fin-  
dou-lhe trazendo alguns resultados positivos, pois embora os setores medianamente informados tenham considerado sua disposição de socorrer a Prefeitura como mera demagogia, os demitidos aplaudiram sua atitude. Além disso, o fato de que todas as aten-  
ções agora estejam voltadas para a administração municipal, o a-  
livia das pressões que vem sofrendo ao longo de sua gestão.

8. Tomando por base as razões apregoadas por GARDÊNIA GONÇALVES para efetivar as demissões, quais sejam: não compactuar com atos ilegais e restaurar a moralidade administrativa, e examinando-se, por outro lado, a justificativa de preocupação com o bem-estar social, utilizada pelos seus opositores para legitimar o movimento em favor dos servidores demitidos, percebe-se que tais alegativas falecem de veracidade, não resistindo a uma análise mais profunda.

Em primeiro lugar, é indiscutível a inteira dependência de GARDÊNIA GONÇALVES ao Senador JOÃO CASTELO, cujo governo primou pelo empreguismo e envolvimento em diversos atos de corrupção. Assim é por demais difícil acreditar-se numa súbita mudança de conduta do esquema castelista, de onde foram escolhidos todos os Secretários municipais, particularmente quando se sabe que, no decorrer da campanha eleitoral, não houve nenhuma preocupação de GARDÊNIA GONÇALVES em conduzir seus trabalhos de acordo com ética política, nem tampouco fez qualquer restrição ao uso indiscriminado do poder público na concessão de empregos com fins meramente eleitoreiros.

Da mesma forma, inexistente autenticidade na postura adotada pelos líderes do movimento de repúdio às demissões



**CONFIDENCIAL**

ACE Nº. 003251/86

7/7

dos servidores públicos, porquanto as nomeações efetuadas pelo ex-Prefeito MAURO FECURY, além de manifestamente ilegais, tiveram, em essência, a finalidade de carrear votos para o candidato do PFL e, em diversos casos, beneficiaram, com altas remunerações, apadrinhados de políticos pefelistas.

Em síntese, no episódio, ambas as partes conflitantes utilizaram o povo como um instrumento, a fim de denegrirem o adversário e se apresentarem, demagogicamente, como imbuídos de nobres propósitos.

\* \* \*

Z2 : W/TG3/00048/110/B3F/080186

Z3 : B3F

**CONFIDENCIAL**

F

I

M